



Ministério Público da União
Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região
Fortaleza – Ceará

Seleção para Estagiário - DIREITO - 2010.1 - 27/março

Caro(a) candidato(a):

Instruções:

- Cada questão objetiva valerá 1,5 (um e meio) ponto e a dissertação 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 70 (setenta) pontos;
- A Comissão do concurso só corrigirá a questão dissertativa dos candidatos que lograrem a pontuação mínima nas questões objetivas;
- A prova oral valerá 30 pontos;
- Só farão a prova oral os candidatos que obtiverem, em número inteiro, mais de 50% em cada parte da prova escrita, ou seja, 23 (vinte e três) pontos na objetiva e 13 (treze) pontos na subjetiva;
- O resultado da prova escrita será divulgado no dia 05/04/2010;
- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem mais de 50% das provas escrita e oral, ou seja, 51 (cinquenta e um) pontos, sendo 36 (trinta e seis) na prova escrita e 15 (quinze) na oral;
- O resultado final será divulgado no dia 08/04/2010.

Orientações:

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A inteligência da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas.

Direito Constitucional

01. Os chamados DIREITOS FUNDAMENTAIS possuem, em seu aspecto material, um considerável conteúdo ético. À luz da Carta Política brasileira, é **correto** registrar:
- a) a base epistemológica desses direitos é o sistema de repartição dos poderes;
 - b) a base idiossincrática desses direitos é o regime democrático;
 - c) a base ontológica desses direitos é o princípio federativo;
 - d) a base ontognoseológica desses direitos é a paz mundial;
 - e) a base axiológica desses direitos é a dignidade humana.
02. Constituem direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com a Constituição Federal, **à exceção de**:
- a) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
 - b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
 - c) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração fixa;
 - d) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
 - e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
03. Ao interpretar o art. 114 da Carta Política Federal, a Suprema Corte de Justiça (STF) editou Súmula Vinculante fixando a competência da Justiça do Trabalho para:
- a) processar e julgar ações decorrentes do exercício do direito de greve de policiais civis;
 - b) processar e julgar ações possessórias em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada;
 - c) processar e julgar ações decorrentes de atos ilícitos de empregadores que impliquem crime contra a organização do trabalho;
 - d) processar e julgar o mandado de segurança quando a autoridade impetrada for juiz do trabalho;
 - e) nenhuma das respostas é correta.
04. A República Federativa do Brasil em suas relações internacionais se rege pelo seguinte princípio:
- a) independência internacional;
 - b) prevalência dos direitos humanos;
 - c) autodeterminação dos estados;
 - d) intervenção federal;

e) igualdade entre os povos.

05. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - b) garantir o desenvolvimento nacional;
 - c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
 - e) todas estão corretas.

Direito do Trabalho

06. De acordo com a nova lei de estágio, assinale a única alternativa **incorreta**:
- a) estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
 - b) o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente;
 - c) o estágio, em nenhuma hipótese, caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente, para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária;
 - d) aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio;
 - e) a duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
07. De acordo com a CLT, a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia:
- a) a cargo do engenheiro ou do médico do trabalho, registrados no Ministério do Trabalho e Emprego;
 - b) por qualquer profissional de nível superior, desde que registrado no Ministério do Trabalho e Emprego;
 - c) exclusivamente a cargo do médico do trabalho responsável pelo serviço de segurança e medicina do trabalho;
 - d) exclusivamente a cargo do engenheiro de segurança responsável pelo serviço de segurança e medicina do trabalho;
 - e) nenhuma das respostas anteriores.

08. No que diz respeito à segurança e medicina do trabalho, é **correto** afirmar:

- a) constitui ato faltoso do empregado a recusa justificada ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
- b) não incumbe as empresas instruir os empregados quanto as precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.
- c) será obrigatório a realização de exame médico, por conta do empregado, na admissão, na demissão e periodicamente;
- d) quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir;
- e) nenhuma das respostas.

09. No tocante aos acordos e convenções coletivas de trabalho e considerando a Jurisprudência do E. TST, é **incorreto** afirmar:

- a) convenção coletiva é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, as relações individuais de trabalho.
- b) em nenhuma hipótese os acordos e convenções coletivas poderão ser celebrados pela Federação da respectiva categoria.
- c) acordo coletivo é aquele realizado por sindicato com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, estipulando condições de trabalho aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho.
- d) é inválida cláusula de acordo ou de convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71, CLT e art. 7.º, XXII, CF/88), inafectado à negociação coletiva;
- e) a convenção e acordo coletivo não podem ser estipulados com duração superior a 2 (dois) anos.

10. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica admite, assalaria e dirige a prestação de serviços.
- b) não se equiparam ao empregador, para fins exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados.

- c) sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.
- d) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviço de natureza eventual a empregador, sobre a dependência deste e mediante salário.
- e) qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

Direito Administrativo

11. Marque a afirmação **correta**:

- a) O princípio constitucional da legalidade dá a ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei.
- b) As normas sobre impedimento e suspeição não se inserem como aplicação dos princípios da impessoalidade e da moralidade na Administração Pública.
- c) As sociedades de economia mista, porque dotadas de personalidade jurídica de direito privado, embora integrem a Administração Pública indireta, não se sujeitam a seus princípios constitucionais.
- d) O poder de polícia condiciona o exercício dos direitos e liberdades individuais à vontade da autoridade administrativa.
- e) Os poderes discricionário e vinculado existem como poderes autônomos e como prerrogativas da Administração Pública, independente de outros poderes ou competências dessa Administração.

12. Marque a afirmação **incorreta**:

- a) Na Administração Pública tem-se que Município e Prefeitura não são sinônimos: o primeiro é pessoa jurídica e a segunda, órgão.
- b) As fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público integram a Administração Pública Indireta.
- c) As empresas públicas, pessoas jurídicas de direito público, integram a Administração Pública Indireta.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto

aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

- e) As autarquias, dotadas de personalidade jurídica de direito público, integram a Administração Pública Indireta.

13. Marque a afirmação **correta**:

- a) Segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, União, Estados, Distrito Federal e Municípios não estão obrigados à adoção do regime jurídico único.
- b) O concurso público de provas, ou de provas e títulos, é exigido somente para a investidura em cargo público. A contratação regida pela Consolidação das Leis do Trabalho dispensa tal concurso.
- c) O servidor público civil não goza do direito à livre associação sindical.
- d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos técnicos, desde que haja compatibilidade de horários.

14. Marque a afirmação **incorreta**:

- a) Ao servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime da previdência social.
- b) São requisitos básicos para investidura em cargo público: nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais, nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, idade mínima de dezoito anos e aptidão física e mental. Mas as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.
- c) Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- d) São formas de provimento de cargo público federal: nomeação, posse, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução, readmissão, ascensão e transferência.
- e) A posse no cargo público dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei. A

posse poderá dar-se mediante procuração específica.

15. Marque a afirmação **correta**:

- a) Os servidores públicos civis federais cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
- b) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- c) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Decreto.
- d) O servidor público civil federal não tem direito aos adicionais pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- e) Ao servidor público civil federal é permitido promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição e atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas.

Direito Civil

16. Marque a afirmação **correta**:

- a) A lei existe a partir da sanção ou do veto rejeitado; quando publicada e, depois, promulgada, passa a ter vigência imediata.
- b) Vacatio legis significa o período compreendido entre a vigência da lei e a respectiva sanção.
- c) O desuso da lei não se confunde com a repristinação, ou seja, a restauração automática de uma lei revogada por força da revogação da nova lei que a substituiu. No Brasil não se admite a repristinação tácita.
- d) A forma e a prova dos atos jurídicos se regem pela lei vigente ao tempo de seu questionamento judicial.
- e) Interpretação teleológica é a que busca relacionar a lei focalizada com outras que regem o mesmo instituto jurídico e seus princípios informadores, considerando que nenhuma norma existe isoladamente.

17. Marque a afirmação **correta**:

- a) A personalidade e a capacidade da pessoa natural, ou seja, o ser humano, biológico, iniciam-se com o nascimento com vida.
- b) O absolutamente incapaz deve ser assistido quando da prática dos atos da vida civil. O

relativamente incapaz, por sua vez, precisa ser apenas representado.

- c) Os atos praticados pelos absolutamente incapazes, pessoalmente, sem representação, são nulos de pleno direito.
- d) As pessoas jurídicas, quanto às funções e capacidade, classificam-se em de direito público (interno ou externo) e de direito privado. São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias e os partidos políticos.
- e) A pessoa natural pode ter apenas um domicílio, ou seja, o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo.

18. Marque a afirmação **incorreta**:

- a) São requisitos de validade do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível e determinado ou determinável, e forma prescrita ou não proibida em lei.
- b) Interpretam-se amplamente os negócios jurídicos benéficos.
- c) A validade do negócio jurídico não é prejudicada pelo erro quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- d) O negócio jurídico é nulo, entre outras hipóteses legais, quando a lei assim o declarar taxativamente, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção. O negócio jurídico nulo não convalida pelo decurso do tempo, nem é suscetível de confirmação.
- e) O negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

19. Marque a afirmação **correta**:

- a) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer o prazo prescricional para pleitear-se a anulação, será este de um ano, a contar da data da conclusão do ato.
- b) O prazo decadencial para pleitear-se a anulação de negócio jurídico referente a ato de incapaz é de quatro anos, contados do dia em que cessar a incapacidade.
- c) Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes.
- d) O juiz não pode pronunciar, de ofício, a prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- e) A pretensão de reparação civil decai em três anos.

20. Marque a afirmação **incorreta**:

- a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- b) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- c) A solidariedade de obrigações não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- d) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal mediante concordância do devedor.
- e) A cláusula geral da função social do contrato, prevista no Código Civil, decorre da função social da propriedade, prevista na Constituição da República.

Direito Processual Civil

21. Sobre a tutela antecipada de mérito, considere as seguintes assertivas:

- () I - conceder-se-á a tutela antecipada quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- () II - a tutela antecipada, uma vez concedida, não poderá ser revogada ou modificada antes da sentença.
- () III - a tutela antecipada poderá ser revogada, porém, quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- () IV - se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, desprezando os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- () V - o juiz poderá, mesmo sem o requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou, ainda, fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Assinale a única resposta verdadeira:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) todas as assertivas estão incorretas;
- c) apenas a assertiva V está correta;
- d) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- e) apenas a assertiva III está incorreta.

22. Sobre a competência relativa, considere as seguintes afirmações:

- () I - a competência, em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência.

- () II - dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- () III - reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- () IV - havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- () V - correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.

Assinale a única resposta verdadeira:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) todas as assertivas estão incorretas;
- c) apenas a assertiva I está correta;
- d) apenas as assertivas II e V estão incorretas;
- e) apenas as assertivas III e IV estão corretas.

23. No que se refere ao litisconsórcio, é **verdadeiro** afirmar:

- a) há litisconsórcio facultativo, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo;
- b) há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo;
- c) há litisconsórcio unitário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo;
- d) há litisconsórcio exclusivo, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- e) nenhuma das respostas é correta.

24. Assinale a opção **certa!** A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos:

- a) altera a legitimidade das partes;
- b) permite a substituição das partes, especialmente se autora;
- c) não altera a legitimidade das partes;

- d) admite apenas a substituição do réu;
- e) apenas a "b" é incorreta.

25. Sobre a citação válida, indique apenas a única resposta **incorreta**:

- a) torna prevento o juízo;
- b) ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor;
- c) interrompe a prescrição;
- d) induz litispendência;
- e) não faz litigiosa a coisa.

Direito Processual do Trabalho

26. De acordo com a jurisprudência consagrada nas súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar que:

- () I - o pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito a contribuição para o FGTS;
- () II - em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo: a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
- () III - mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula n.º 219 do Tribunal Superior do Trabalho;
- () IV - a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n.º 6.019, de 03.01.1974);
- () V - é ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário.

Assinale a única opção correta:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) todas as assertivas estão incorretas;
- c) apenas a assertiva III está incorreta;
- d) apenas as assertivas I e IV estão incorretas;
- e) apenas as assertivas II e V estão corretas.

27. Preencha corretamente os espaços em branco, de acordo com o texto legal: “As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; _____ firmados perante o _____ e os _____ firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executada pela forma estabelecida neste Capítulo.”
- os termos de conciliação; Ministério da Justiça Trabalhista; termos de ajuste de conduta;
 - os termos processuais; Ministério do Trabalho; termos de administração;
 - os termos de ajuste de conduta; Ministério Público do Trabalho; termos de conciliação;
 - os termos de acordo; Ministério Público da Previdência; termos de condição;
 - os termos de trabalho; Ministério Público do Trabalho; termos de análise processual.
28. Sobre as nulidades no processo do trabalho, é **correto** registrar:
- só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes;
 - a nulidade só será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;
 - a nulidade não pode ser argüida por quem lhe tiver dado causa;
 - não há sistema de nulidade peculiar ao processo do trabalho;
 - nenhuma das respostas.
29. Assinale a única assertiva **correta**:
- é competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de execução relativo à matéria;
 - o Ministério Público do Trabalho não está isento do pagamento de custas;
 - as ações previstas, nos termos da lei da ação civil pública, serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo Juízo terá competência discricionária para processar e julgar a causa;
 - no processo do trabalho as testemunhas comparecerão em audiência somente mediante intimação prévia;
 - nenhuma das respostas é correta.
30. Requerida a execução trabalhista, nos moldes legais, é possível se adotar o seguinte procedimento:
- o presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 24 (vinte e quatro) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora;
 - o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora;
 - o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 5 (cinco) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora;
 - o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 10 (dez) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora;
 - o juiz mandará expedir mandado de intimação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.

